

Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas Sobre  
Drogas e Direitos Humanos de Pernambuco

# SDSDH-PE

Analista em Assistência Social e Direitos Humanos-  
Assistente Social

JN101-NO-A

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.  
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo [sac@novaconcursos.com.br](mailto:sac@novaconcursos.com.br).

## **OBRA**

Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos de Pernambuco

Analista em Assistência Social e Direitos Humanos-Assistente Social

EDITAL Nº 01/2020 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

## **AUTORES**

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Noções de Direitos Humanos - Profª Bruna Pinotti

Noções de Direitos para Pessoas com Deficiência - Profº Fernando Zantedeschi e Profº Ricardo Razaboni

Noções de Legislação - Profº Ricardo Razaboni

Conhecimentos Específicos - Prof

## **PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO**

Aline Mesquita

Elaine Cristina

## **DIAGRAMAÇÃO**

Higor Moreira

## **CAPA**

Joel Ferreira dos Santos



[www.novaconcursos.com.br](http://www.novaconcursos.com.br)

[sac@novaconcursos.com.br](mailto:sac@novaconcursos.com.br)

# SUMÁRIO

## LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto.....	01
Argumentação.....	08
Pressupostos e subentendidos.....	15
Níveis de linguagem.....	15
Ortografia e acentuação.....	17
Articulação do texto: coesão e coerência.....	24
Classes de palavras.....	29
Sintaxe. Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação.....	67
Discurso direto e indireto.....	78
Tempos, modos e vozes verbais. Flexão nominal e verbal.....	7
Concordância nominal e verbal.....	79
Regência nominal e verbal.....	86
Ocorrência da Crase.....	92
Pontuação.....	96
Equivalência e transformação de estruturas.....	99
Redação.....	102

## NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Evolução histórica dos Direitos Humanos.....	01
Os fundamentos filosóficos dos Direitos Humanos.....	10
Fontes, classificação, princípios, características e gerações de direitos humanos.....	12
Interpretação dos tratados de Direitos Humanos.....	14
Colisão entre direitos humanos: teorias para resolução.....	24
Tratados internacionais de Direitos Humanos em face da Constituição da República do Brasil.....	29
Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	32
Ações afirmativas.....	42
Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e protocolos facultativos.....	42
Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e protocolos facultativos.....	52
Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial.....	57
Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e protocolo facultativo.....	58
Convenção sobre os direitos da criança e seus protocolos facultativos.....	60
Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e seu protocolo facultativo.....	61
Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural – “Declaração de Estocolmo”.....	63
Convenção sobre a diversidade biológica.....	63
Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas.....	64
Sistema Regional Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.....	66

## SUMÁRIO

Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem .....	77
Convenção Americana de Direitos Humanos .....	94
Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais – “Protocolo de San Salvador” .....	112
Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Corte Interamericana de Direitos Humanos: composição, funcionamento, atribuições e histórico de decisões .....	115
Mecanismos de proteção aos direitos humanos na ordem jurídica nacional e internacional .....	127
III Plano Nacional de Direitos Humanos. Direitos Humanos em espécie e grupos vulneráveis .....	130
Direitos Humanos das minorias e de vítimas de injustiças históricas: Mulher, Negro, Criança e Adolescente, Idoso, Pessoa com Deficiência, Pessoas em situação de rua, Povos Indígenas, LGBT, Quilombolas, Sem-teto, Sem-terra, Imigrantes e Refugiados.....	135

## NOÇÕES DE DIREITOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Direitos da Pessoa com Deficiência: evolução histórica, fundamentos filosóficos, teorias, conceitos básicos, princípios e classificações .....	01
Distinções e aproximações entre os conceitos de doença e de deficiência.....	02
Inclusão social da Pessoa com Deficiência .....	04
Ações afirmativas .....	08
Direitos das Pessoas com Deficiência na Constituição Federal .....	14
Lei Federal nº 7.853/1989 .....	33
Decreto Federal nº 3.298/1999 e Lei Federal 126/2005 .....	38
Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência – Decreto do Executivo Federal nº 6.949/2009.....	40
Lei Federal nº 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).....	44
Lei Estadual 14.789, de 1/10/2012 - Institui no âmbito do Estado de Pernambuco a Política Estadual da Pessoa com Deficiência .....	45
Lei Municipal nº 17.199/2006 e alterações – Institui no âmbito da Cidade do Recife a Política Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência.....	48
Lei Municipal nº 17.247/2006 e alterações – Institui o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência .....	51
Lei Municipal nº 18.444/2017 e alterações – Institui o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência... ..	53
Lei Federal nº 12.764/12 e Decreto 8.368/2014, 02/12/2014, que institui e regulamenta a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	56
Lei Municipal nº 18.002/2014 e alterações.....	56
Direito à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva .....	56
Declaração de Salamanca.....	57
Proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais na assistência em saúde mental (Lei Federal nº 10.216/01).....	68
Programas, serviços, projetos e benefícios direcionados à Pessoa com Deficiência no âmbito da Assistência Social.....	70

# SUMÁRIO

## NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

Constituição Federal (1988) - artigo referente à Seguridade .....	01
Lei nº 8.742 de 7 de dezembro 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), e suas alterações.....	03
Lei Nº 12.435, de 6 de julho de 2012 – Lei do Sistema Único de Assistência Social.....	12
Resolução CNAS Nº 7, de 18 de maio de 2016 - II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026) “Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as” .....	25
Resolução CNAS nº 4, de 13 de março de 2013 e os princípios da Política Nacional de Educação Permanente do Suas – PNEP/Suas.....	28
Resolução CNAS Nº 145, de 15 de outubro de 2004 – Política Nacional de Assistência Social – PNAS .....	28
Resolução CNAS n.º 130, de 15 de julho de 2005 - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS.....	29
Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS.....	29
Resolução CNAS Nº 109, de 12 de novembro de 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), e suas alterações por meio da Resolução CNAS Nº 13, de maio de 2014.....	30
Resolução CNAS Nº 6, de 13 de abril de 2016 - Supervisão Técnica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – Suas.....	30
Lei 14.728/85 e suas alterações – Estatuto dos Funcionários Públicos do Recife .....	31
Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA .....	37
Lei 10.741/2003 – Estatuto do Idoso.....	40
Lei 12.852/2013 – Estatuto da Juventude.....	47
Lei 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial .....	53
Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) .....	60
Convenção sobre os Direitos da Criança – ONU (1990).....	61
Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006).....	63
Diretrizes Internacionais – crianças privadas de cuidados parentais (2006); Diretrizes Internacionais das Nações Unidas para Cuidados Alternativos às Crianças (2009).....	64
Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) .....	64
Lei 12.010 (Lei da Adoção – 2009) .....	65
Lei 13.257 (Dispõe sobre as políticas públicas para a Primeira Infância – 2016).....	75
Resolução Nº165/2013 – Conselho Nacional de Justiça .....	76
Resolução Provimento Nº 73/2018 - Conselho Nacional de Justiça.....	80

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão social e suas expressões no Brasil contemporâneo.....	01
Transformações no mundo do trabalho .....	06
Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social nas diferentes linhas interpretativas.....	09
Projeto Ético-Político do Serviço Social e Legislação Profissional: Lei de Regulamentação da Profissão .....	35

# SUMÁRIO

Código de Ética Profissional e Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social sobre o Exercício Profissional.....	43
Dimensão técnico-operativa do serviço social: Concepções sobre instrumentos e técnicas; Abordagens individual e coletiva; Estudo Social; Perícia Social; Relatório Social; Laudo Social; Parecer Social. Dimensão técnica e política do trabalho do assistente social. Serviço Social e as instituições: relações institucionais, interdisciplinaridade, tecnocracia e burocracia.....	100
Cidadania e Direitos Sociais e Humanos dos diferentes grupos e segmentos da sociedade brasileira.....	113
Estado e políticas sociais: Aspectos teóricos e históricos. Aspectos conceituais da proteção social e sua configuração nas políticas sociais brasileiras. Diretrizes atuais das políticas sociais: Democratização, participação social e universalização.....	123
Estado Social na Constituição Federal de 1988: capítulo da Ordem Social.....	165
Lei nº 8.212/1991, complementos e alterações (Lei Orgânica da Seguridade Social; Seguridade Social no Brasil.....	170
Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – institucionalidade na gestão, execução, monitoramento e avaliação: Aspectos normativos e conceituais: Funções e eixos estruturantes da política de assistência social; direitos socioassistenciais e seguranças socioassistenciais, financiamento do SUAS.....	173
Normas Operacionais Básicas de 2005 e 2012; Norma Operacional Básica de Recursos Humanos; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social); Gestão do Trabalho - Planejamento como processo técnico-político, concepção, operacionalização e avaliação de planos, programas e projetos; Formulação de projeto de intervenção profissional.....	188
Benefício de Prestação Continuada.....	209
Programa Bolsa Família.....	211
Cadastro único.....	211
Instâncias de Controle social e gestão de participativa - Conselhos de assistência social.....	112
Comissão Intergestores Tripartite (CIT), Comissões Intergestores Bipartite (CIBs), Conselhos Gestores, Fóruns e organizações da sociedade civil.....	220
Vigilância Socioassistencial.....	221
Política Nacional de Educação Permanente no SUAS.....	222
Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).....	242
Política de habitação.....	248
Legislação social para segmentos específicos: Estatuto do Idoso.....	249
Lei Maria da Penha.....	252
Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.....	262
Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	320
Estatuto da Igualdade Racial.....	337
Estatuto da Juventude.....	339
Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Direitos dos Povos Indígenas.....	345
Direitos dos grupos identificados por identidade sexual e de gênero.....	346
Movimentos Sociais, participação e controle social. Trabalho em rede: intersetorialidade, articulação. A dimensão territorial nas políticas sociais. Família: aspectos conceituais e o trabalho com famílias nas políticas sociais.....	349
Organizações da Sociedade Civil.....	349
Organização Federativa Brasileira: papel das instâncias federadas na garantia de direitos sociais.....	359
Processos de gestão: planejamento, diagnóstico, monitoramento e avaliação.....	359
Dimensão investigativa: Fundamentos, instrumentos, indicadores sociais e técnicas de pesquisa social.....	364

# ÍNDICE

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão social e suas expressões no Brasil contemporâneo.....	01
Transformações no mundo do trabalho .....	06
Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social nas diferentes linhas interpretativas.....	09
Projeto Ético-Político do Serviço Social e Legislação Profissional: Lei de Regulamentação da Profissão .....	35
Código de Ética Profissional e Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social sobre o Exercício Profissional.....	43
Dimensão técnico-operativa do serviço social: Concepções sobre instrumentos e técnicas; Abordagens individual e coletiva; Estudo Social; Perícia Social; Relatório Social; Laudo Social; Parecer Social. Dimensão técnica e política do trabalho do assistente social. Serviço Social e as instituições: relações institucionais, interdisciplinaridade, tecnocracia e burocracia.....	100
Cidadania e Direitos Sociais e Humanos dos diferentes grupos e segmentos da sociedade brasileira.....	113
Estado e políticas sociais: Aspectos teóricos e históricos. Aspectos conceituais da proteção social e sua configuração nas políticas sociais brasileiras. Diretrizes atuais das políticas sociais: Democratização, participação social e universalização.....	123
Estado Social na Constituição Federal de 1988: capítulo da Ordem Social.....	165
Lei nº 8.212/1991, complementos e alterações (Lei Orgânica da Seguridade Social; Seguridade Social no Brasil.....	170
Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – institucionalidade na gestão, execução, monitoramento e avaliação: Aspectos normativos e conceituais: Funções e eixos estruturantes da política de assistência social; direitos socioassistenciais e seguranças socioassistenciais, financiamento do SUAS.....	173
Normas Operacionais Básicas de 2005 e 2012; Norma Operacional Básica de Recursos Humanos; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social); Gestão do Trabalho - Planejamento como processo técnico-político, concepção, operacionalização e avaliação de planos, programas e projetos; Formulação de projeto de intervenção profissional.....	188
Benefício de Prestação Continuada.....	209
Programa Bolsa Família .....	211
Cadastro único .....	211
Instâncias de Controle social e gestão de participativa - Conselhos de assistência social.....	112
Comissão Intergestores Tripartite (CIT), Comissões Intergestores Bipartite (CIBs), Conselhos Gestores, Fóruns e organizações da sociedade civil .....	220
Vigilância Socioassistencial .....	221
Política Nacional de Educação Permanente no SUAS.....	222
Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) .....	242
Política de habitação.....	248
Legislação social para segmentos específicos: Estatuto do Idoso.....	249
Lei Maria da Penha.....	252
Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.....	262
Estatuto da Pessoa com Deficiência .....	320
Estatuto da Igualdade Racial .....	337
Estatuto da Juventude.....	339
Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Direitos dos Povos Indígenas.....	345

# ÍNDICE

Direitos dos grupos identificados por identidade sexual e de gênero.....	346
Movimentos Sociais, participação e controle social.Trabalho em rede: intersectorialidade, articulação. A dimensão territorial nas políticas sociais. Família: aspectos conceituais e o trabalho com famílias nas políticas sociais.....	349
Organizações da Sociedade Civil.....	349
Organização Federativa Brasileira: papel das instâncias federadas na garantia de direitos sociais.....	359
Processos de gestão: planejamento, diagnóstico, monitoramento e avaliação .....	359
Dimensão investigativa: Fundamentos, instrumentos, indicadores sociais e técnicas de pesquisa social .....	364



## QUESTÃO SOCIAL E SUAS EXPRESSÕES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

É na década de 1980 que se identifica importante inflexão na interpretação teórica da profissão, com a contribuição de Yamamoto e Carvalho, que nos brindam, a partir do contributo da teoria social de Marx, com uma análise inaugural do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, particularizando sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e reconhecendo o assistente social como trabalhador assalariado.

É amplamente conhecido o impacto dessa contribuição para a ruptura da profissão com o legado conservador de sua origem, a partir da qual a análise do significado social da profissão ganha novos patamares, por meio da ampla interlocução com a teoria social crítica e o pensamento social clássico e contemporâneo.

Contudo, e as recentes produções de Yamamoto chamam a atenção para isso, não derivamos dessa análise todas as consequências teóricas e políticas mais profundas relacionadas ao reconhecimento do assistente social como trabalhador assalariado de instituições públicas e privadas, resultante do processo de profissionalização e institucionalização da profissão nos marcos do capitalismo monopolista.

Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu sujeito vivo como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais. Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social.

O Serviço Social como profissão emerge na sociedade capitalista em seu estágio monopolista, contexto em que a questão social, pelo seu caráter de classe, demanda do Estado mecanismos de intervenção não apenas econômicos, mas também políticos e sociais. Sua institucionalização relaciona-se assim à progressiva intervenção do Estado no processo de regulação social, momento em que as sequelas e manifestações da questão social se põem como objeto de políticas sociais, em dupla perspectiva: seja no sentido de garantir condições adequadas ao pleno desenvolvimento capitalista e seus processos de acumulação privada em benefício do grande capital monopolista; e, simultânea e contraditoriamente, no sentido responder, por vezes antecipar-se, às pressões de mobilização e organização da classe operária, que exige o atendimento de necessidades sociais coletivas e individuais derivadas dos processos de produção e reprodução social.

Em sua relevante contribuição para a análise do Serviço Social no capitalismo monopolista, Netto sintetiza esse processo:

O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes - ainda que desenvolvendo uma autorrepresentação e um discurso

centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade - se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. [...], o que [esse] deslocamento altera visceralmente, concretizando a ruptura, é, objetivamente, a condição do agente e o significado social de sua ação; o agente passa a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação social de seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais. Em síntese: é com esse giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no mercado de trabalho, com todas as consequências daí derivadas (principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho).

A conformação dessa ordem societária cria, assim, um novo espaço sócio-ocupacional para o assistente social (e para um conjunto de outras profissões) na divisão social e técnica do trabalho, constituindo objetivamente as condições através das quais a profissão será demandada e legitimada para a execução de um amplo leque de atribuições profissionais, notadamente no âmbito das diferentes políticas sociais setoriais.

Contudo, é esse mesmo processo de profissionalização do assistente social e institucionalização da profissão na divisão social e técnica do trabalho que circunscreve as condições concretas para que o trabalho do assistente social ingresse no processo de mercantilização e no universo do valor e da valorização do capital, móvel principal da sociedade capitalista.

Isto porque, para além da análise do Serviço Social como trabalho concreto, dotado de qualidade específica que atende a necessidades sociais a partir de suportes intelectuais e materiais para sua realização, o exercício profissional do assistente social em resposta a demandas sociais passa a ser mediado pelo mercado, ou seja, pela produção, troca e consumo das mercadorias (bens e serviços) dentro de uma crescente divisão do trabalho social.

Yamamoto extrai daí a análise sobre a dupla dimensão do trabalho do assistente social como um trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho em troca de um salário. Afirma a autora:

Em decorrência, o caráter social desse trabalho assume uma dupla dimensão: a) enquanto trabalho útil atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências sociais e humanas; b) mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato - mero coágulo de tempo do trabalho social médio -, possibilitando que esse trabalho privado adquira um caráter social.

Nesses termos, o agente profissional contratado pelas instituições empregadoras ingressa no mercado de trabalho como proprietário de sua força de trabalho especializada, conquistada por meio de formação universitária que o legitima a exercer um trabalho complexo em termos da divisão social do trabalho, dotado de qualificação específica para o seu desenvolvimento.

Mas essa mercadoria "força de trabalho" só pode entrar em ação se dispuser de meios e instrumentos de trabalho que, não sendo de propriedade do assistente

social, devem ser colocados a sua disposição pelos empregadores institucionais: recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências, de atendimento direto ou em nível de gestão e gerenciamento institucional.

As implicações desse processo são profundas e incidem na autonomia relativa desse profissional, que não possui, como vimos, o poder de definir as prioridades nem o modo pelo qual pretende desenvolver o trabalho socialmente necessário, coletivo, combinado e cooperado com os demais trabalhadores sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que demandam essa capacidade de trabalho especializada.

Assim, analisar o significado social da profissão significa inscrever o trabalho do assistente social no âmbito do trabalho social coletivo na sociedade brasileira atual, não apenas destacando sua utilidade social e diferencialidade diante de outras especializações do trabalho social, mas também, e contraditoriamente, "sua unidade enquanto parte do trabalho social médio, comum ao conjunto de trabalhadores assalariados que produzem valor e/ou mais-valia".

Problematizar o trabalho do assistente social na sociedade contemporânea supõe pensá-lo como parte alíquota do trabalho da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados, o que implica ultrapassar a visão liberal que apreende a prática do assistente social a partir de uma relação dual e individual entre o profissional e os sujeitos aos quais presta serviços.

Esta análise crítica da dupla dimensão do trabalho do assistente social - como trabalho concreto e abstrato - e as implicações da mercantilização dessa força de trabalho especializada na sociedade contemporânea não foram objetos de problematização aprofundada na literatura profissional, que vem privilegiando os fundamentos de legitimação social da atividade do assistente social como trabalho concreto, particularizando sua utilidade social na divisão social e técnica do trabalho institucional, como revela lamamoto em suas últimas produções.

Nesse sentido, a temática da superexploração e do desgaste físico e mental no trabalho profissional<sup>3</sup> é um tema novo, pouco debatido, pouco pesquisado, portanto pouco conhecido pelo Serviço Social e seus trabalhadores, e que não apresenta acúmulo na literatura profissional.

O que se observa com maior frequência - certamente em função da centralidade da classe operária na produção capitalista e dos inúmeros estudos sobre os impactos da reestruturação produtiva nas relações e condições de trabalho desta classe - é o assistente social analisar (e indignar-se) frente à exploração e ao desgaste a que são submetidos os trabalhadores assalariados, mas estabelecendo com estes uma relação de exterioridade e de não pertencimento enquanto um segmento desta mesma classe.

Verifica-se a mesma tendência no debate sobre a saúde do trabalhador. De modo geral, as pesquisas e análises sobre trabalho e saúde, ou mais propriamente sobre o adoecimento dos trabalhadores decorrente das condições em que realiza seu trabalho, são relações problematizadas a partir da sua incidência na classe trabalhadora,

não incluído aí o assistente social como sujeito vivo do trabalho social, sendo quase inexistentes estudos e pesquisas que tomam como objeto os próprios profissionais que sofrem e adoecem a partir do cotidiano de seu trabalho e da violação de seus direitos.

Então esta é uma primeira pontuação importante e que remete ao próprio reconhecimento do assistente social como trabalhador assalariado e as dificuldades para aprofundar a análise do conjunto de implicações decorrentes dessa relação no estágio atual do capitalismo contemporâneo, diante dos impactos sobre o trabalho, os trabalhadores e seus direitos.

Portanto, problematizar a violação dos próprios direitos dos assistentes sociais, na relação com a violação dos direitos dos trabalhadores, requer a definição de uma agenda de questões específicas conectada às lutas gerais da classe trabalhadora no tempo presente. Exige uma pauta mais ampliada, que inclui a organização e as lutas sindicais e trabalhistas, mas também o enfrentamento das dimensões complexas envolvidas nos processos e relações de trabalho nos quais os assistentes sociais estão inseridos.

Os dilemas da alienação são indissociáveis do trabalho assalariado e incidem no exercício profissional do assistente social de diferentes modos, dependendo de quem são seus empregadores - o Estado, a empresa privada, as ONGs, as entidades filantrópicas, os organismos de representação política - e da organização e gestão dos processos e relações de trabalho nos diferentes espaços sócio-ocupacionais onde realizam sua atividade.

Se o Serviço Social foi regulamentado historicamente como "profissão liberal", o seu exercício se realiza mediatizado por instituições públicas e privadas, tensionado pelas contradições que atravessam as classes sociais na sociedade do capital e pela condição de trabalhador assalariado, cuja atividade é submetida a normas próprias que regulam as relações de trabalho.

Portanto, na assertiva reflexão de lamamoto, fazer a passagem da análise da instituição Serviço Social para a problematização do processamento concreto e cotidiano do trabalho do assistente social, em suas múltiplas dimensões, agrega um complexo de novas determinações e mediações que põem em relevo as contradições entre a direção social que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho e as exigências impostas pelos empregadores aos trabalhadores assalariados. "Em outros termos, estabelece-se a tensão entre projeto ético-político e alienação do trabalho, indissociável do estatuto assalariado".

Essa é uma segunda questão a ser pontuada e que remete ao debate do assistente social como trabalhador assalariado e à questão da autonomia relativa desse profissional.

O trabalho profissional, na perspectiva do projeto ético-político, exige um sujeito profissional qualificado capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que tenha competência para propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, defender projetos que ampliem direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia técnica, atribuições e prerrogativas profissionais.

Isto supõe muito mais do que apenas a realização de rotinas institucionais, cumprimento de tarefas burocráticas ou a simples reiteração do instituído. Envolve o assistente social como intelectual capaz de realizar a apreen-

são crítica da realidade e do trabalho no contexto dos interesses sociais e da correlação de forças políticas que o tensionam; a construção de estratégias coletivas e de alianças políticas que possam reforçar direitos nas diferentes áreas de atuação (Saúde, Previdência, Assistência Social, Judiciário, organizações empresariais, ONGs etc.), na perspectiva de ampliar o protagonismo das classes subalternas na esfera pública.

Exige, portanto, um conhecimento mais amplo sobre os processos de trabalho, os meios de que dispõem o profissional para realizar sua atividade, a matéria sobre a qual recai a sua intervenção, e também um conhecimento mais profundo sobre o sujeito vivo responsável por esse trabalho, que é o próprio profissional.

Mas quem é o assistente social hoje? Quem é a força de trabalho em ação, o elemento vivo e subjetivo do processo de trabalho profissional, nos termos de Marx?

Como já observado, ainda que o Serviço Social tenha sido reconhecido como “profissão liberal” nos estatutos legais e éticos que definem a autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política na condução do exercício profissional, o trabalho do assistente social é tensionado pela relação de compra e venda da sua força de trabalho especializada. A condição de trabalhador assalariado - seja nas instituições públicas ou nos espaços empresariais e privados “sem fins lucrativos”, faz com que os profissionais não disponham nem tenham controle sobre todas as condições e os meios de trabalho postos à sua disposição no espaço institucional.

São os empregadores que fornecem instrumentos e meios para o desenvolvimento das tarefas profissionais, são as instituições empregadoras que têm o poder de definir as demandas e as condições em que deve ser exercida a atividade profissional: o contrato de trabalho, a jornada, o salário, a intensidade, as metas de produtividade.

Esses organismos empregadores, estatais ou privados, definem também a matéria (objeto) sobre a qual recai a ação profissional, ou seja, as dimensões, expressões ou recortes da questão social a serem trabalhadas, as funções e atribuições profissionais, além de oferecerem o suporte material para o desenvolvimento do trabalho - recursos humanos, técnicos, institucionais e financeiros -, decorrendo daí tanto as possibilidades como os limites à materialização do projeto profissional.

Os demais meios de trabalho - conhecimentos e habilidades profissionais - são propriedade do assistente social, mas cujas possibilidades de pleno desenvolvimento também são condicionadas por um conjunto de determinações que, não sendo externas ao trabalho, incidem diretamente no cotidiano profissional e na atividade do sujeito vivo, e que vão desde o recorte de classe, gênero, raça, etnia, passando pelos traços de subalternidade da profissão, sua herança cultural católica, entre outros.

Ao mesmo tempo, para além das dimensões objetivas que conferem materialidade ao fazer profissional, é preciso considerar também as dimensões subjetivas, ou seja, identificar “o modo pelo qual o profissional incorpora na sua consciência o significado do seu trabalho, as representações que faz da profissão, as justificativas que elabora para legitimar a sua atividade - que orientam a direção social que imprime ao seu exercício profissional”.

O trabalho do assistente social é, nesses termos, expressão de um movimento que articula conhecimentos e luta por espaços no mercado de trabalho; competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores (Lei de Regulação Profissional, Código de Ética, Diretrizes Curriculares da formação profissional), cujos sujeitos que a exercem, individual e coletivamente, se subordinam às normas de enquadramento institucional, mas também se organizam e se mobilizam no interior de um movimento dinâmico e dialético de trabalhadores que repensam a si mesmos e a sua intervenção no campo da ação profissional.

É nesse processo tenso que as profissões constroem seus projetos profissionais coletivos, no nosso caso, o projeto ético-político profissional que há pelo menos três décadas vem sendo posto em marcha coletivamente pelo Serviço Social brasileiro. E é esse projeto que entra em permanente tensão e contradição com o estatuto de trabalhador assalariado do assistente social, especialmente em tempos de financeirização e de capital fetiche.

A própria implementação das políticas sociais também é um jogo complexo de conflitos e tensões, que envolve diferentes protagonistas, interesses, projetos e estratégias, onde são requisitadas a presença e a intervenção de diferentes categorias profissionais, que disputam espaços de reconhecimento e poder no interior do aparelho institucional.

Nesses termos, a análise das políticas sociais e dos espaços ocupacionais nos quais se inserem os assistentes sociais não pode ser apreendida de modo linear e determinista, ainda mais considerando as formas de enfrentamento do capital às suas crises de acumulação, que aprofundam e agravam as expressões da questão social, mas também desencadeiam respostas da sociedade e do conjunto da classe trabalhadora em seu movimento de resistência e defesa de direitos conquistados historicamente.

### **Da autonomia relativa à autonomia controlada - o trabalho do assistente social em tempos de intensificação e precarização do trabalho**

As condições atuais do capitalismo contemporâneo - globalização financeira dos capitais e sistemas de produção apoiados intensivamente nas tecnologias de informação - promovem expressivas mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho, decorrendo daí a existência de amplos contingentes de trabalhadores flexibilizados, informalizados, precarizados, pauperizados, desprotegidos de direitos e desprovidos de organização coletiva.

Druck, em sua pesquisa sobre a construção de indicadores da precarização do trabalho no Brasil, apresenta cinco grandes tipos de precarização:

- a) Das formas de mercantilização da força de trabalho - que produzem um mercado de trabalho heterogêneo e marcado por uma vulnerabilidade estrutural, configurando formas precárias de inserção dos trabalhadores, explícitas ou disfarçadas, em todos os setores, atividades e regiões, produzindo desestabilização dos trabalhadores estáveis com perda de direitos e vínculos, por um lado, e uma condição “provisória” de precarização que se torna

- permanente, de outro.
- b) Do processo de construção das identidades individual e coletiva - a desvalorização e descartabilidade das pessoas aprofunda o processo de alienação e estranhamento do trabalho, radicalizando a coisificação das relações humanas e fragilizando as identidades individual e coletiva e a dimensão ética do trabalho, principalmente pela situação de desemprego estrutural.
  - c) Da organização e das condições de trabalho - ampliação do ritmo do trabalho, metas inalcançáveis, extensão da jornada, polivalência, rotatividade, multiexposição aos agentes físicos, químicos, ergonômicos e organizacionais conduzem à intensificação do trabalho, potencializada pelo desenvolvimento tecnológico da microeletrônica.
  - d) Das condições de segurança no trabalho - fragilização das condições de segurança no trabalho, diluição de responsabilidades entre estáveis e instáveis, precárias condições de trabalho implicam maior exposição a riscos e sujeição a condições aviltantes de aumento da produtividade, gerando precarização da saúde e da segurança no trabalho.
  - e) Das condições de representação e de organização sindical - aumento da fragilidade sindical e dos efeitos políticos da terceirização, que produz discriminação, pulverização e competição entre os próprios trabalhadores, enfraquecendo a representação política da classe trabalhadora.

A reestruturação produtiva do capital, da qual resultam diferentes formas de precarização do trabalho, atinge o mercado de trabalho do assistente social, incidindo, contraditoriamente, tanto no movimento de mudança e/ou redução de postos de trabalho em alguns campos (por exemplo, nas empresas industriais), como também de ampliação, como é o caso das políticas de seguridade social, com destaque para a política de assistência social, principalmente no âmbito municipal, em função das novas e intensas demandas aos municípios decorrentes da descentralização dos serviços sociais públicos.

No âmbito do Serviço Social, intensificam-se os processos de terceirização, de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria (empresas do eu sozinho ou PJs), de "cooperativas" de trabalhadores, na prestação de serviços aos governos e organizações não governamentais, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais.

Os efeitos da tríade flexibilização/precarização/terceirização do trabalho do assistente social se fazem sentir em níveis e intensidade antes desconhecidas pela profissão.

Pesquisa realizada por Delgado, com jovens assistentes sociais graduados no período 2003-06, nos Estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro, revela que as consequências mais desastrosas das transformações societárias no âmbito do Serviço Social apontam para a "perda ou precarização do espaço ocupacional - sobretudo para aqueles que procuram seu primeiro emprego, uma vez que parcela significativa da categoria, anteriormente empregada, ainda goza de estabilidade no emprego" (2010: 3). Os dados sobre condições de contratação, remuneração

e trabalho dos jovens assistentes sociais permitem constatar para quase 50% dos respondentes "o aviltamento da precarização dos contratos de trabalho no interior da profissão, seja por contratos temporários, seja por ausência de vínculo empregatício, ou travestidos de profissionais autônomos".

### Segundo diferentes analistas,

A terceirização é uma das principais formas de flexibilização do trabalho mediante a transferência da atividade de um "primeiro" - que deveria se responsabilizar pela relação empregatícia - para um "terceiro", liberando, assim, o grande capital dos encargos trabalhistas. [...]. A terceirização lança um manto de invisibilidade sobre o trabalho real - ocultando a relação capital/trabalho e descaracterizando o vínculo empregado/empregador que pauta o direito trabalhista - mediante a transferência de *responsabilidades de gestão e de custos para um "terceiro"*.

Os efeitos da terceirização para o trabalho social são profundos, pois ela: a) Desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais; b) Desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas; c) Subordina as ações desenvolvidas a prazos contratuais e aos recursos financeiros definidos, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas; d) Realiza uma cisão entre prestação de serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito.

É importante também evidenciar o que Druck denomina de dimensão qualitativa da terceirização, que cria divisão entre os trabalhadores (os de «primeira» e «segunda» categorias), além da fragmentação entre os trabalhadores com diferentes formas de contrato e níveis salariais, muitas vezes na mesma equipe, gerando dificuldades e constrangimentos para o trabalho social e para a luta coletiva.

Outra questão importante que precisa ser mencionada é a crescente informatização do trabalho, em todos os âmbitos em que ele se desenvolve. No caso do setor público, a exemplo do setor privado, as mudanças tecnológicas também estão sendo profundas em todos os níveis. A incorporação da "cultura do "gerencialismo" da empresa privada no setor público esvazia os conteúdos mais criativos do trabalho, desencadeando o desgaste criado pela atividade mecânica, repetitiva, que não instiga a reflexão.

São muitas as pesquisas e estudos que vêm constatando o quanto as tecnologias de informação intensificam os processos de trabalho, produzem um efeito mais controlador sobre o trabalho, organizam e encadeiam as tarefas de modo que desapareçam os tempos mortos, quantificam as tarefas realizadas e permitem a ampliação da avaliação fiscalizatória do desempenho do trabalhador.

As estratégias de intensificação do trabalho vão sen-

do incorporadas gradativamente e talvez não estejam ainda claramente perceptíveis para o conjunto de trabalhadores, particularmente na esfera estatal. Mas elas ganham concretude no ritmo e na velocidade do trabalho, nas cobranças e exigências de produtividade, no maior volume de tarefas, nas características do trabalho intelectual demandado, no peso da responsabilidade. E se ampliam na medida em que também no Estado está em plena construção “a ideologia da gerência e da qualidade total, do erro zero, do trabalho a tempo justo, da eficiência das metas e dos resultados”.

Por isso, por mais que seja imprescindível a incorporação das novas tecnologias de informação, é preciso problematizar os efeitos dessa revolução tecnológica no trabalho do Serviço Social e na relação dos assistentes sociais com os usuários e a população, via de regra, mediada pelo computador nos espaços de atendimento profissional.

Também é possível constatar o crescimento de um tipo de demanda dirigida aos assistentes sociais em diferentes áreas, que afasta o profissional do trabalho direto com a população, pois são atividades que dificultam o estabelecimento de relações continuadas, que exigem acompanhamento próximo e sistemático. A título de exemplo, pode-se citar o preenchimento de formulários e a realização de cadastramentos da população, quando assumidos de forma burocrática e repetitiva, que não agrega conhecimento e reflexão sobre os dados e o trabalho realizado.

Trata-se de uma dinâmica institucional que vai transformando insidiosamente a própria natureza da profissão de Serviço Social, sua episteme de profissão relacional, fragilizando o trabalho direto com segmentos populares em processos de mobilização e organização, e o desenvolvimento de trabalho socioeducativo numa perspectiva emancipatória.

#### Fonte

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos



## EXERCÍCIOS COMENTADOS

**1. (INSS - Analista do Seguro Social - Serviço Social –Superior- CESPE – 2016)** No que se refere aos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social, julgue o item subsequente.

O serviço social, desde sua gênese, fundamentou-se em concepções pluralistas acerca do exercício profissional.

( ) CERTO ( ) ERRADO

#### Resposta: ERRADO

Em síntese, o processo de renovação do serviço social teve como elementos:

- A. o pluralismo teórico-profissional;
- B. introdução de diferentes concepções profissionais, com diferentes visões de mundo e de sociedade, demonstrando o rompimento com a homogeneidade que a caracterizava a profissão nessas décadas;

- C. interlocução acadêmica e com outras ciências, deixando de ser subalterno dentro do âmbito acadêmico;
- D. fomento da investigação e da pesquisa.

**2. (INSS - Analista do Seguro Social - Serviço Social –Superior- CESPE – 2016)** No que se refere aos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social, julgue o item subsequente.

Apesar de haver conexão entre políticas sociais e o serviço social no Brasil desde 1930, a temática da política social foi introduzida nas pautas profissionais tardiamente: na década de 50 no cenário internacional e a partir de 1970 no Brasil.

( ) CERTO ( ) ERRADO

#### Resposta: CERTO

A política social surge no capitalismo com as mobilizações operárias e a partir do século XIX com o surgimento desses movimentos populares, é que ela é compreendida como estratégia governamental. Com a Revolução Industrial na Inglaterra, do século XVIII a meados do século XIX, esta trouxe consequências como a urbanização exacerbada, o crescimento da taxa de natalidade, fecunda o germe da consciência política e social, organizações proletárias, sindicatos, cooperativas na busca de conquistar o acolhimento público e as primeiras ações de política social. Ainda nesta recente sociedade industrial, inicia-se o conflito entre os interesses do capital e os do trabalho.

O período que vai de meados do século XIX até os anos de 1930, é marcado predominantemente pelo liberalismo e sustentado pela concepção do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado. As políticas sociais no período de 1964 a 1988, eram políticas de controle, seletivas, fragmentadas, excludentes e setorializadas. Daí a necessidade de questionar esse padrão histórico das políticas sociais e propor a democratização dos processos decisórios na definição de prioridades, na elaboração, execução e gestão dessas políticas. Nesse sentido, a elaboração e a conquista das políticas sociais passam ainda por processos de pressões e negociações entre as forças políticas vigentes e uma relativa transparência das articulações.

**3. (INSS - Analista do Seguro Social - Serviço Social –Superior- CESPE – 2016)** No que se refere aos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social, julgue o item subsequente.

O serviço social foi reconhecido nos estatutos legais e éticos como profissão liberal, no entanto, o assistente social, na condição de trabalhador assalariado, não dispõe de total autonomia na efetivação do seu exercício profissional.

( ) CERTO ( ) ERRADO

#### Resposta: Certo

“Assim sendo, embora o Serviço Social tenha sido regulamentado como profissão liberal no Brasil, o assistente social não tem se configurado como profissional autônomo no exercício de suas atividades, não dis-

pondo do controle das condições materiais, organizacionais e técnicas para o desempenho de seu trabalho. No entanto, isso não significa que a profissão não disponha de relativa autonomia e de algumas características que estão presentes nas profissões liberais como a singularidade que pode estabelecer na relação com seus usuários, a presença de um Código de Ética, orientando suas ações, o caráter não rotineiro de seu trabalho, a possibilidade de apresentar propostas de intervenção a partir de seus conhecimentos técnicos e, finalmente, a Regulamentação legal da profissão (...)" YASBEK, Maria Carmelita. O significado sócio histórico da profissão.

## TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Ao analisar as transformações no mundo do trabalho, precisamos perceber que no decorrer da história da humanidade, as relações de trabalho entre o ser humano e a natureza, entre também os próprios seres humanos, já sofreram várias mudanças. Por meio do trabalho o homem pode transformar o mundo, no entanto é sempre válido levar em consideração que as próprias noções de trabalho, assim como o mundo, também passam por transformações ao longo do tempo.

Ademais, é importante salientar eventos importantes na história da humanidade que mudaram significativamente as questões de trabalho. Entre tais eventos convém citar alguns deles, tais como:

- A invenção da roda
- As atividades agrícolas
- As alterações climáticas (períodos de seca, inundações, entre outros)
- Mais conhecimentos sobre a natureza
- Guerras
- Transição do feudalismo para o capitalismo
- Revolução Industrial
- Revolução Francesa
- Avanços Tecnológicos

Portanto, esses são alguns pontos que contribuíram para as transformações no mundo do trabalho. Apesar de sabermos que o trabalho é essencial para que todo e qualquer cidadão possa levar uma vida digna, a origem da palavra "trabalho", possui uma conotação nada engrandecedora. "Trabalho" tem origem no termo em latim "tripalium", que consistia em um instrumento de tortura. Assim sendo, durante longos períodos da história da humanidade, a noção de trabalho não era honrosa e a função de trabalhar cabia a classes subalternas, como os escravos.

## EMPREGO E DESEMPREGO NA ATUALIDADE.

A questão do emprego e desemprego na atualidade, vem gerando muitas discussões sobre essa temática, afinal, o conceito de emprego está intimamente associado

ao desempenho de uma função trabalhista que, em seu bojo, está atrelado a uma condição referente ao modo como as pessoas que trabalham desempenham essa função, isto é, se o trabalho é feito em caráter temporário ou permanente. Também é levado em consideração o envolvimento dessas pessoas em questão com qualquer tipo de atividade econômica.

Deste modo, isso quer dizer que, no atual modelo de desenvolvimento da economia informal, principalmente no contexto geopolítico pós-ascensão do neoliberalismo, a existência de um emprego não precisa estar mais necessariamente atrelada à ideia de que existe também alguém que empregue. Um camelô, por exemplo, tem um emprego, ao passo em que ele mesmo é o seu próprio patrão.

Portanto, no caso de seu complementar dialético, o desemprego, a situação já muda de figura quando levamos em consideração o que a geografia econômica nos tem a dizer a seu respeito. Devemos entender que o desemprego é um fenômeno que tem em sua essência uma causa. Isto é, se o emprego acontece e se dá mediante uma prática, o trabalhador trabalha, e desempenha sua função. Já o desemprego, pelo contrário, quando acontece é devido a uma situação específica, uma conjuntura, uma escolha econômica, entre outros. Daí os seus diferentes tipos de classificação, que mudam diante dos seus aspectos principais.

Para qualificar os tipos de desemprego, analise os itens a seguir:

1. Desemprego estrutural, é um tipo de desemprego bastante característico dos países subdesenvolvidos, também conhecidos como "países de capitalismo pouco desenvolvido". Esse tipo está especificamente ligado à algumas particularidades bastante presentes na intrínsecas na economia desses países, como o fato de que existe um excesso de mão-de-obra empregada substancialmente em atividades agrárias e pecuárias, ou simplesmente atividades que estão ligadas a esse setor em sua essência. Além disso, falta de equipamentos de base, possíveis fomentadores de um desenvolvimento industrial mais acentuado, incide em uma necessária queda nos empregos.
2. Desemprego conjuntural ou desemprego cíclico, como o próprio nome diz, decorrente de uma determinada conjuntura que impacta sobre aquela situação. É um tipo de desemprego característico de momentos de queda econômica, de crise empresarial, depressão, enfim, quando há também algum tipo de retração dos créditos fornecidos pelos bancos e que sempre acabam por impactar significativamente a economia. Nesse sentido, quando esse tipo de situação acontece, ocorre também uma queda significativa no consumo, desestimulando de maneira significativa o poder de compra da população de um modo geral.
3. Desemprego tecnológico, por sua vez, é típico dos chamados "países desenvolvidos" ou, também conhecidos como "países de capitalismo avançado". Como o próprio nome já nos diz, ele resulta da substituição do trabalho humano pela maquinaria produtiva. Esse tipo de desemprego incide necessariamente sobre uma maior procura de trabalhadores especializados, que estejam habilitados

a operar máquinas e equipamentos desenvolvidos, e, na medida em que isso acontece, ocorre uma queda vertiginosa dos trabalhadores considerados mais "braçais".

Aplicando esse cenário ao Brasil atual, observamos em temos cerca de 13 milhões de desempregados em todo território nacional, além do mais, observamos um crescente no que tange aos trabalhos informais, pois encontrar um emprego com registro em carteira tem sido bastante complexo. Portanto, o processo de desemprego assola a sociedade brasileira grandemente, uma vez que o tipo de desemprego que nos aflige, é o estrutural, característicos de um país subdesenvolvido.



### #FicaDica

Atualmente temos cerca de 12,4% de desempregados, esse é um número muito alto, haja visto que o país vem passando por uma "reestruturação", porém a passos lentos.



## EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. Observe os documentos abaixo:

### Documento 1

O fotógrafo português Cristiano Junior retratou os tipos de trabalhadores característicos das ruas da Corte do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX.



Diversos tipos de trabalhadores das ruas. Fotografia Cristiano Junior, Museu Histórico Nacional.

Fonte: <https://goo.gl/DyyNWP>

### Documento 2

Em 18 de janeiro de 1858, a Câmara Municipal de Três Pontas enviava o seguinte ofício ao Presidente da Província de Minas Gerais:

"A falta de braços ocasionada pela morte dos escravos tem também influído consideravelmente para a diminuição da produção porque o agricultor não acha meios de os substituir em razão de o pequeno número de trabalhadores livres que existe neste município achar um salário maior do que aquele que razoavelmente se pode pagar para cultivar a terra, na condução de gado, porcos e tropas para o mercado da Corte (...)"

Adaptado de: Martins, Marcos Lobato. O debate sobre trabalho escravo, abolicionismo e trabalho livre no Sul de Minas (décadas de 1870-1880), Revista Esboços, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 208-235, dez. 2012, p. 215.

Utilizando as informações presentes nos documentos acima, e seus conhecimentos sobre a sociedade e o mundo do trabalho no Brasil do Segundo Reinado, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Os melhores salários eram pagos para os que atuavam no trabalho agrícola, sendo grande a migração das cidades para as áreas rurais.
- b) Na maioria das cidades brasileiras do século XIX conviviam trabalhadores livres e escravos, que podiam exercer atividades distintas.
- c) As mulheres negras, escravas ou não, eram proibidas de exercer ofícios fora das casas.
- d) A mão de obra assalariada só pode ser adotada no Brasil após a abolição da escravidão.
- e) O trabalho de crianças, fossem elas livres ou escravas, era proibido por lei e regulamentado pelo Estado.

**Resposta; Letra B.** A sociedade e a economia brasileira passaram por transformações ao longo do Segundo Reinado, 1840-1889. No campo da economia, o café gerou a modernização através, principalmente, das ferrovias e indústrias. No âmbito social, ocorreu a transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado com a chegada dos imigrantes europeus. Somente a alternativa [B] está correta.

2. Um homem transporta o fio metálico, outro endireita-o, um terceiro corta-o, um quarto aguça a extremidade, um quinto prepara a extremidade superior para receber a cabeça; para fazer a cabeça são precisas duas ou três operações distintas; colocá-la constitui também uma tarefa específica, branquear o alfinete, outra; colocar os alfinetes sobre o papel da embalagem é também uma tarefa independente. [...] Tive ocasião de ver uma pequena fábrica deste tipo, em que só estavam empregados dez homens, e onde alguns deles, conseqüentemente, realizavam duas ou três operações diferentes. Mas, apesar de serem muito pobres, e possuindo apenas a maquinaria estritamente necessária, [...] conseguiam produzir mais de quarenta e oito mil alfinetes por dia. Se dividirmos esse trabalho pelo número de trabalhadores, poderemos considerar que cada um deles produz quatro mil e oitocentos alfinetes por dia; mas se trabalhassem separadamente uns dos outros, e sem terem sido educados para este ramo particular de produção, não conseguiriam produzir vinte alfinetes, nem talvez mesmo um único alfinete por dia.

(Adam Smith. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, 1984.)

O texto, originalmente publicado em 1776, demonstra

- o avanço tecnológico representado pelo surgimento da fábrica na Inglaterra, relacionando a riqueza com o aprimoramento científico e o trabalho simultâneo de milhares de operários.
- o crescimento do mercado consumidor e a maior velocidade na distribuição das mercadorias inglesas, destacando o vínculo entre riqueza e uma boa relação entre oferta e procura.
- a força crescente dos sindicatos e das federações de trabalhadores na Inglaterra, enfatizando o princípio marxista de que apenas o trabalho permite a geração de riqueza.
- a produtividade do artesanato e o conhecimento da totalidade do processo produtivo pelos trabalhadores ingleses, relacionando a noção de riqueza ao acúmulo de metais nobres.
- a disciplina no trabalho e o parcelamento de tarefas presentes nas manufaturas e fábricas inglesas, associando o crescimento da riqueza à produtividade do trabalho.

**Resposta: Letra E.** Somente a alternativa [E] está correta. Adam Smith em sua obra clássica "Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações", de 1776, criticou o mercantilismo e defendeu o liberalismo econômico pautado na não intervenção do Estado na economia, livre cambismo, livre concorrência,

racionalizar a produção através da divisão social do trabalho gerando mais eficiência, lucro e riqueza.

3. No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial, no qual se globalizam não só os mercados, mas também a produção, a palavra de ordem é competitividade. O modelo de produção flexível que vem sendo adotado pelas empresas traz significativos reflexos não apenas nas formas de organização produtiva, mas também nas relações de trabalho e nas políticas econômicas dos países.

Dentre esses reflexos podem-se destacar:

- o apelo das indústrias pela intervenção do Estado na economia, sem interferir nas empresas privadas, de modo a criar condições para a melhoria do padrão de vida da população e, por conseguinte, fomentar o consumo.
- a implementação gradual da economia de escala em substituição à economia de escopo, visando a reduzir o custo de produção a partir da fabricação de itens padronizados e em grande quantidade.
- a implementação do *just-in-time*, método de organização da produção que visa a eliminar ou reduzir drasticamente os estoques de insumos, reduzindo custos e postos de trabalho e disponibilizando capital para novos investimentos.
- a disseminação, em diversos países desenvolvidos, de propostas de flexibilização da legislação trabalhista, com a redução dos salários e dos benefícios sociais, acarretando, em consequência, o enfraquecimento do movimento sindical.

Assinale a alternativa em que todas as afirmativas estão corretas.

- I e II
- I e III
- II e III
- II e IV
- III e IV

**Resposta: Letra E.** Os itens incorretos são: [I] (o modelo de produção flexível não valoriza a intervenção do Estado na economia) e [II] (a produção flexível, o *just-in-time*, valoriza a produção conforme a demanda, menos estoques e produtos cada vez mais personalizados conforme as expectativas do consumidor).

4. Há uma economia global caótica e obsessivamente voltada para a engrenagem financeira. A dimensão produtivista e empregatícia, tradicional ao desenvolvimento do capitalismo, vem sendo deixada à deriva, alterando as relações clássicas entre o capital e o trabalho em favor das novas tensões entre os que têm trabalho e emprego e os que não os têm.

(SARAIVA. 2012. p. p. 79 e 80).

Sobre o assunto retratado no trecho acima, é **correto** afirmar-se que

- faz parte da atual globalização a desigualdade social, sendo necessária para alcançar uma sociedade do tipo planificada.



- b) o capitalismo, em pleno século XXI, não consegue eliminar as desigualdades sociais e econômicas entre as pessoas.
- c) a desigualdade gerada pelo capitalismo é resultado da submissão do mesmo aos países emergentes após o fim da Guerra Fria.
- d) “os que têm trabalho e emprego e os que não têm” são resultado exclusivamente do desemprego conjuntural.
- e) a “engrenagem financeira” citada no texto pode ser entendida pela disputa ideológica presente ainda no século XXI.

**Resposta: Letra B.** Na atualidade, o capitalismo financeiro, monopolista e globalizado é dominante no mundo. Assim, ocorre a hegemonia do sistema financeiro e, por vezes, a produção nas suas dimensões industrial e agropecuária por exemplo é secundária. Por exemplo, em alguns países, grande parte do lucro nas indústrias é drenado para os bancos e não reverte em novos investimentos e empregos. As desigualdades socioeconômicas ficaram ainda mais agudas, uma vez que avançou o desemprego estrutural (provocado pela tecnologia) e o setor financeiro gera poucos empregos.

## FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL NAS DIFERENTES LINHAS INTERPRETATIVAS.

### FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL.

#### AS PARTICULARIDADES DOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A compreensão do serviço social como resultado do confronto da relação entre o Estado e Sociedade, no âmbito da divisão internacional do trabalho, fruto de determinantes macrossociais, inscrito na divisão sociotécnica do trabalho e nas relações de propriedade, vêm sendo palco de um profundo e amplo referencial bibliográfico, acompanhada de inúmeros estudos, no qual seus agentes vem buscando uma compreensão das particularidades desta profissão no Brasil.

Na contemporaneidade, pode-se visualizar diferentes transformações societárias, advindas da relação entre estado e sociedade, submetidas a ordem do capital, principalmente as forças sociais e políticas, que vêm interferindo no cenário mundial, conseqüentemente nos espaços profissionais dos assistentes sociais, onde se amplia o conservadorismo mascarado nas controvérsias desta realidade.

O serviço social nos anos 80 e 90, após o seu processo de renovação, através de um aporte crítico-dialético, (re) desenha seu objeto de trabalho, que são as manifestações e expressões da questão social.

A questão social é um conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Esta-

do, que este, por ora, é provocado por uma tensão de conflitos pelas classes subalternas a implantar direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. É neste terreno de disputas que os assistentes sociais são chamados para realizar a sua intervenção profissional, a qual o objeto concreto são os programas focalistas de combate à pobreza, que muitas vezes passam a ser caso de polícia pelas repressões como os sujeitos são tratados (IAMAMOTO, 2012).

Diante destes desafios, é preciso que o profissional disponha de clareza teórica e estratégias políticas, apoiado em um olhar sobre as novas expressões da questão social, que se transmutam nas demandas sociais. Isso requer um posicionamento diferenciado na concretização da ação profissional, ou seja, um patamar inovador no uso dos aspectos teórico-metodológicos.

Todavia, para compreender os fundamentos do serviço social, na atual conjuntura política, é preciso reconhecer que as funções históricas, teóricas e metodológicas na profissão fazem parte de um único conjunto, conforme contemplados nas diretrizes curriculares, com maior aprofundamento feito pela ABEPSS.

Assim sendo, se nesta mesma tese, defende-se tal posição, no desenvolver da aplicabilidade da disciplina, em um campo prático, ainda é necessário reforçar a idéia de como se pode explicar, mesmo que sinteticamente a questão da abordagem metodológica, reconhecendo que seu cariz é reforçado pelas dimensões teórico-metodológicos, ética-políticas e técnica-operativas, na compreensão marxista.

Os fundamentos teórico-metodológicos do serviço social podem ser explicados, a partir do olhar dos métodos, técnicas e instrumentos utilizados pelo profissional, no exercício diário de sua função, no qual, com um posicionamento direcionado ao projeto ético-político, este, diante das manifestações e expressões da questão social, e numa abordagem crítico-dialética, o profissional deve decidir qual a melhor forma de aplicá-lo, em um posicionamento retido na práxis profissional.

Por ora, reconhece-se que tal concepção é verdadeira, na formação profissional dos discentes do curso de serviço social, é válida a vertente reconhecida, mesmo que empiricamente, estes recebam diante de sua caminhada pela formação, um conteúdo motriz, capaz de impulsioná-los para a atuação em qualquer lócus dos espaços sócio profissionais existentes e que ainda necessitam dos mesmos.

### AS TEORIAS SOCIAIS:

#### Fontes inspiradoras para o desenvolvimento das ações no Serviço Social

Nos últimos anos, principalmente no processo conhecido pela categoria como de “reconceituação do serviço social”, a categoria, mesmo que muitos não reconheçam as ideias expressas, estas vem direcionando as críticas a questão da metodologia. Nesta mesma vertente, exponho que não se trata aqui de retomar a questão do metodologismo no âmbito da profissão, mas expor que diante de um estudo preliminar, tem-se que compreender à questão dos fundamentos metodológicos do ser-

viço social a partir de três elementos complementares: Método, técnica e instrumentos.

A questão dos métodos são discutidos e estudados por grande parte da categoria, expressando-se em três principais correntes: Positivismo, Marxismo e Fenomenologia, entre outras, que são tidas pela profissão ao longo do seu processo de ruptura com o conservadorismo.

A vertente positivista, em uma abordagem prática, aparece no bojo profissional, como sendo uma prática imediatista, ou seja, uma resposta dada imediatamente às diversas expressões e manifestações da questão social, vertente também conhecida como “vertente modernizadora”, caracteriza-se pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e, mais tarde, sistêmicas, voltadas a uma modernização conservadora (NETTO, 2005, p. 164).

Esta vertente, na contemporaneidade, passou por algumas modificações. Os assistentes sociais retiraram de seu conteúdo, pontos que justificam algumas práticas coerentes, mesmo que esteja no subjetivo da ação profissional, a questão do progresso é vista de forma fragmentada. Parafraseando o professor Dr. José Paulo Netto no último seminário de serviço social promovido pela editora Cortez, os aspectos do progresso social é preciso debatê-los na atualidade. Nesta mesma perspectiva,

[...] *a teoria centraliza-se na análise dos indivíduos e grupos cujas atitudes e comportamentos estão defasados em relação aos parâmetros exigidos pela sociedade industrial. Neste nível de interpretação trata-se, em última instância, da aquisição de um conjunto de padrões referentes ao processo de modernização do homem* (KOWARICK, 1977, p. 48).

A vertente marxista, essa perspectiva também ingressa como referência teórica a ser considerada no universo de discussão teórica da profissão por ocasião do Movimento de Reconceituação nas décadas de 60 e 70. Sendo uma fonte inspiradora pelas teorias capital versus trabalho, principalmente no reconhecimento da questão social, como sendo o foco central das situações problemáticas que encontram o público alvo do trabalho do serviço social.

[...] “o marxismo é a filosofia insuperável do nosso tempo”. Enquanto as condições nas quais o marxismo se debruçou permanecerem o capitalismo, o marxismo continuará sendo o instrumento analítico mais adequado, mais poderoso, mais abrangente, mais percuciente para revelar esse mundo. É um instrumento adequado ao seu objeto, que é a análise da realidade capitalista. Enquanto o capitalismo existir, nas suas formas, nas suas consequências, o marxismo continuará sendo o mais importante instrumento analítico de intervenção. Instrumento de crítica e autocrítica de visualização e de superação dessa realidade. As fontes do pensamento de Marx são constituídas por uma concepção de mundo e método que é a filosofia dialética, na qual se percebe que tudo que existe é um permanente devir, uma permanente superação, um permanente movimento (PAULA, 1995).

Assim sendo, remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes, introduzindo novas reflexões e compromissos para os assistentes sociais. Claramente rompe com a herança conservadora das concepções teóricas e metodológicas que não permitiam a

crítica radical das relações econômicas e sociais vigentes.

A vertente fenomenológica, estava presente nas primeiras formulações teóricas do Serviço Social no

Brasil, ingressando no universo de discussão teórica da profissão por ocasião do denominado Movimento de Reconceituação nas décadas de 60 e 70, cujo cunho é centrada no vivido e nas vivências dos sujeitos, rompendo, assim, com as formas de controle, ajuda, adaptação, cooptação e desajustes, situando-se como uma proposição inovadora e de orientação psicossocial. Apresenta uma metodologia baseada na tríade: diálogo, pessoa e transformação social.

Por fim, estas vertentes estão presentes no desenvolvimento da ação social dos profissionais, e é preciso um olhar diferenciado e dinâmico no escolher destes para concretizar a prática operativa do serviço social, onde diante de toda a complexidade do sistema vigente, requer um melhor rigor teórico na seleção dos mesmos, vistos que as suas ações são polarizadas pelos interesses das classes burguesas, neste mesmo sentido reproduz, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo dá resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO, 2012)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No breve estudo, pode-se visualizar que o serviço social renovou-se no âmbito da sua interpretação teórico-metodológica e política, adequando as exigências do seu tempo, como se pode visualizar no desenvolver dos princípios e valores contidos no seu Código de Ética de 1993, seja pela construção de uma nova ordem societária, como também pelo novo modo de operacionalizar suas ações profissionais, onde aguça a crítica à hegemonia da configuração social.

Outros pilares de fomentação encontra-se na Lei de Regulamentação da profissão e nas diretrizes curriculares que conseguem materializar um projeto de formação que vem sendo construído coletivamente, avançando na qualificação das múltiplas e diferenciadas expressões da questão social como objeto de trabalho dos assistentes sociais.

Mesmo diante destas mudanças, existem muitas questões que necessitam ser reconstruídas e inseridas nas agendas profissionais, principalmente no tratamento dos fundamentos teórico-metodológicos, que caracterizam as intervenções profissionais de natureza crítica, pois no trato as manifestações e expressões da questão social, o serviço social detém de atribuições e competências específicas para responder às suas demandas concretas e subjetivas.

**Texto de:** LEITE, A. C.; CARVALHO, L. H. de; MARINHO, L. M.; LIMA, T. A. S. Os fundamentos teórico-metodológicos do serviço social no século XXI. 2014.

**Fontes:**

IAMAMOTO, M. V. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade. CFESS. Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em questão. Brasília: 2012.

KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. 2º. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

188 p. (Estudos latino-americanos, v. 3)

\_\_\_\_\_. M. V. O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 4.ed. SP: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 30, Cortez, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 84. São Paulo: Cortez, 2005, p.21-37

\_\_\_\_\_. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão de seu ensino. Cadernos ABESS, n. 4, Cortez, São Paulo, 1991.

YASBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social in Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009, p. 143-164.

PAULA, João Antônio. A Produção do Conhecimento em Marx. Cadernos ABESS 5. A produção do conhecimento e o Serviço Social. São Paulo, 1995.

## **1.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL AO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA, EM PARTICULAR NO BRASIL.**

### ***A década de 1960 e sua influência no serviço social brasileiro***

A partir de 1960, o serviço social começa a sofrer importantes transformações no movimento de reconceituação da profissão na América Latina, que trazia uma denúncia do conservadorismo profissional iniciado na década de 1960 e desenvolvido até a década de 1980, influenciado pela conjuntura histórica mundial, principalmente na própria América Latina.

Nessa década a profissão veio a questionar seus referenciais e requisitar uma renovação em diferentes níveis: teórico, metodológico, técnico-operativo e político.

Esse processo de mudanças na formulação teórica e prática do serviço social não se deu de forma isolada, mas sim inserido no movimento das demais ciências sociais e humanas, que discutiam a temática do “desenvolvimento” e de suas repercussões na América Latina.

Esse movimento, denominado de “Movimento de Reconceituação”, impôs ao assistente social a necessidade

da constituição de um novo projeto profissional, comprometido com as demandas e interesses da população usuária dos serviços. O movimento foi reprimido pelo golpe militar de 1964, com a neutralização de todos os segmentos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado.

O controle e a repressão da classe trabalhadora pelo Estado e pelo grande capital e o atendimento das novas demandas submetidas à racionalidade burocrática exigiram a renovação do serviço social.

A crise ideológica, política e de eficácia da profissão vinha a questionar a burocratização do serviço social, seu caráter importado e sua ligação com as classes dominantes. Apontava-se para três projetos: um que se propunha manter a matriz conservadora e tradicional, outro que intencionava uma modernização conservadora e um último que apresentava a direção de ruptura com o conservadorismo, um dos marcos dessa época foi o movimento de reconceituação.

Nessa época o serviço social estabiliza-se sob mudanças técnicas, a chamada modernização conservadora que colocou a questão do método em debate, fundamentando-se ora por uma aproximação com o marxismo, porém com uma leitura reducionista; ora recusando o teorismo pela prática.

Com a influência norte-americana, o serviço social alcança sua maioria na sistematização teórica e técnica, feita através do trabalho com indivíduos e famílias, como o serviço social de grupo e o serviço social de comunidade.

Nos primeiros anos da década de 60, já com uma visão mais politizada e participativa (democratizada), o serviço social integra as experiências de DC com o comprometimento junto às transformações estruturais que permeavam o governo vigente – governo de João Goulart (1961-1964).

Era desencadeado, também, o início de mudanças significativas no serviço social, numa conjuntura de aprofundamento do debate político na sociedade diante do agravamento da questão social e dos níveis de empobrecimento da população trabalhadora, contrastados com os índices de crescimento econômico verificados em finais dos anos 50.

O II Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado no Rio de Janeiro em 1961, representa o marco oficial da inserção da profissão no projeto desenvolvimentista e da incorporação do DC numa perspectiva modernizadora e de atualização da profissão frente às novas demandas do Estado e dos setores dominantes. Com o governo João Goulart, abre-se um período de ampliação do espaço de participação política e de luta por transformações estruturais e reformas de base.

No serviço social começa a despontar a necessidade de sintonia com uma sociedade em mudança e de responder a demandas macrosociedade que rompam com a visão tradicional.

Marcam esse processo as experiências de grupos de assistentes sociais vinculadas à esquerda católica e aos projetos de educação de base e de organização popular em comunidades urbanas e rurais, inspirados nas teorias de educação para a libertação e no método de alfabetização de Paulo Freire. No entanto, o golpe de 64

e a ditadura militar interrompem o processo de radicalização democrática, o que põe fim ao pacto populista e ao engajamento dos que lutavam para a implantação de alternativas de desenvolvimento nacional-populares e democráticas no país.

No período de 1965 a 1975, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais (CBCISS) encarregou-se de adequar a profissão às exigências propostas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós 1964, influenciado pelo estruturalismo funcional norte-americano, sem questionar a ordem social e política vigente (Netto, 2004).

Para a implantação desse novo modelo, o Estado moderniza e amplia suas funções econômicas, sociais, políticas e culturais, orientando-se na integração da economia brasileira aos padrões internacionais definidos pelo capitalismo monopolista. Para isso, o Estado comprimiu o espaço político da sociedade civil, especialmente o de oposição.

Mudanças nas políticas salarial e sindical foram acompanhadas pelo arrocho salarial, aumento dos níveis de exploração do trabalho e perda de direitos historicamente conquistados, como os direitos de greve, de liberdade de organização, de estabilidade no emprego.

O golpe militar de 64 rompeu com quase todas as bases que evoluíam para uma nova ordem societária. O golpe impôs ao Brasil a retomada de outra ordem, de uma nova ordem político-institucional apoiada no fortalecimento do Estado. Essa ordem marcou o serviço social, consolidando a chamada modernização conservadora.

A modernização conservadora veio questionar o tradicionalismo, não apenas o explicitado no serviço social brasileiro como também no latino-americano. Tal crítica, no contexto da América Latina, se entrecruza com as expectativas de mudança geradas pela a Revolução Cubana, que sugestionava uma nova ordem societária mais igualitária.

Nesse quadro político, o serviço social, sob a influência do golpe e gestando suas ações, via essa modernização conservadora realizar uma revisão geral. A partir dessa revisão é feita a crítica, mesmo que de maneira tímida, atrelada às ciências sociais, debatendo a dependência e as teorias do desenvolvimento. Ocorre também, nesse contexto, ainda sob o ranço da influência da Igreja Católica, porém de modo crítico e não alienado, a emergência da chamada Igreja Popular e a Teologia da Libertação. O movimento estudantil entrecruza este caminho, contestando suas bases.

O movimento de reconceituação do serviço social na América Latina foi desencadeado pela ação da chamada de "geração 65", constituída por grupos profissionais de vanguarda que apresentavam um questionamento no que se referia às bases conservadoras do serviço social.

Nesse sentido, os seminários regionais de serviço social tiveram um papel importante e central, tendo como marco o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social realizado em 1965 na cidade de Porto Alegre.

Esse movimento de renovação do serviço social constituiu-se um fenômeno característico da profissão sob a vigência da autocracia burguesa, marcando uma diferenciação e uma redefinição profissional sem precedentes na trajetória profissional, dadas as novas condições pos-

tas pelo ciclo dos governos militares, os quais verificaram, nesse contexto, a necessidade de construir um novo projeto de sociedade.

Um grande trampolim para essa mudança de pensamento está na inserção e na interlocução com o marxismo, com a apropriação da teoria social de Marx.

Porém, para compreender essa renovação da profissão, devem-se considerar as determinações sócio-históricas mais amplas que incidiram sobre esse fenômeno profissional.

Em síntese, as determinações consideradas nessa análise da relação existente entre o governo autocrático e a renovação do serviço social foi:

1. o significado do golpe militar de 1964;
2. o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos governos ditatoriais;
3. as mudanças na relação entre o Estado e as classes sociais;
4. a reorganização do estado e das políticas sociais nos marcos da modernização conservadora e as repercussões no mercado de trabalho dos assistentes sociais;
5. as determinações da nova configuração do mercado de trabalho dos assistentes sociais;
6. as determinações da política educacional dos governos militares sobre a formação profissional.

O processo de renovação do serviço social expressa um quadro complexo e heterogêneo, composto por:

- vários projetos profissionais em confronto, com o pluralismo teórico, ideológico e político, fomentando a crítica;
- diversas concepções de intervenção profissional, derivadas da diversificação das matrizes teórico-metodológicas alternativas;
- novas propostas de formação profissional;
- fraturas ideológicas.

Até 1970, o cenário profissional era marcado:

1. pela ausência de polêmicas relevantes;
2. por uma relativa homogeneidade de intervenção e de propostas profissionais;
3. pela ausência de uma participação político-partidária – neutralidade quanto ao cenário nacional;
4. pela carência de elaboração teórica;
5. por uma consensual direção interventiva e cívica.

A ruptura com esse cenário tem suas bases na laicização do serviço social, apreendida como um dos elementos caracterizadores da renovação do serviço social sob a autocracia burguesa. Esse processo vinha se desenvolvendo desde o final da década de 1950, com a erosão do serviço social tradicional. Mas só foi efetivado a partir da modernização conservadora instaurada pela ditadura militar.

A renovação do serviço social é marcada por uma dinâmica profissional que vai além das respostas funcionais às demandas e condicionamentos postos pelo mercado de trabalho, com traços de funcionalidade e congruência com o regime.

Em síntese, o processo de renovação do serviço social